

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 799.159 - SP  
(2015/0262844-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : COOPERCITRUS COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS**  
**ADVOGADOS : REGINALDO MARTINS DE ASSIS - SP034709**  
**REGINALDO MARTINS DE ASSIS JUNIOR - SP115693**  
**ANTÔNIO DANIEL CUNHA RODRIGUES DE SOUZA - DF013101**  
**ADVOGADOS : DENISE ANDRADE DA FONSECA - DF013098**  
**FRANCISCO ANTONIO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA - DF015776**  
**RECORRIDO : CASSIO NOGUEIRA BERTAZZI JÚNIOR**  
**RECORRIDO : MARIA LUCIA JUNQUEIRA FRANCO BERTAZZI**  
**ADVOGADO : ALCIDES LOURENÇO VIOLIN - SP026717**

## **DESPACHO**

Da análise dos autos, observa-se que o recorrente foi condenado ao pagamento de multa de 3% sobre o valor atualizado da causa (fl. 709), ficando, pois, condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo, nos termos do que dispõe o artigo 1.021, § 5º, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, determino a intimação do recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o recolhimento da multa, sob pena de não admissão do recurso extraordinário.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente